

**PET no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.785 - RJ
(2019/0187711-5)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

REQUERENTE : VERONICA DE MEDEIROS LIMA

**ADVOGADOS : PAULO ROBERTO RODRIGUES DE FREITAS -
RJ097093**

MARCUS VINICIUS LIMA DE FREITAS - RJ103896

FABRÍCIO LIMA DE FREITAS - RJ144883

MONIQUE ALVES ALVAREZ DE FREITAS

**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

DECISÃO

VERÔNICA DE MEDEIROS LIMA requer a reconsideração da decisão de fls. 317-318, por meio da qual não conheci dos embargos declaratórios, haja vista a sua intempestividade.

A defesa alega que a oposição tardia do recurso integrativo deveu-se à ausência dos nomes dos advogados na publicação do *decisum* embargado no Diário de Justiça eletrônico. Aduz, ainda, "que não houve prévia constituição definitiva do crédito na via administrativa (ausência de notificação fls. 270/285) para fins de tipificação da conduta; considerando a ratio da Súmula Vinculante n. 24 é a exigibilidade do exaurimento da via administrativa para a consumação do ilícito tributário" (fl. 337).

Requer, assim, a reconsideração da decisão que não conheceu dos embargos declaratórios e, por fim, que seja deferida a medida de urgência e obstado o andamento processual da ação penal que tramita na origem.

De fato, constato **falha na autuação inicial desta feito**, dada a ausência do registro do nome dos patronos da recorrente, o que lhes impediu a ciência da decisão, motivo pelo qual **recebo esta petição como pedido de reconsideração e conheço dos embargos anteriormente opostos**.

Todavia, convém esclarecer que os embargos de declaração são cabíveis somente nas hipóteses do art. 619 do Código de Processo Penal, isto é, nos casos de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão no acórdão embargado.

Superior Tribunal de Justiça

São inadmissíveis, portanto, quando, a pretexto da necessidade de esclarecimento, aprimoramento ou complemento da decisão embargada, objetivam, em essência, a reapreciação do caso.

Apenas excepcionalmente, se constatada a necessidade de mudança no resultado do julgamento em decorrência do próprio reconhecimento da existência de algum desses vícios, é que se descortina a possibilidade de se emprestarem efeitos infringentes aos aclaratórios.

Noto que a irresignação da embargante se resume ao seu **mero inconformismo** com o indeferimento da medida de urgência. Não há nenhum fundamento que justifique a oposição dos embargos de declaração, os quais se prestam apenas a sanar eventual omissão, contradição ou obscuridade do julgado, e não a reapreciar a causa. Isso porque, conforme bem destacado, o **trancamento** do processo ou a **extinção de punibilidade**, no âmbito de habeas corpus, é **medida excepcional**, somente cabível quando demonstrada a absoluta ausência de provas da materialidade do crime e de indícios de autoria, a atipicidade da conduta ou a existência **notória** de causa extintiva da punibilidade.

Ademais, ficou consignado que o alegado **pagamento integral do débito tributário antes do recebimento da denúncia** é matéria cuja análise exige, em princípio, incursão probatória, incompatível com a via estreita do habeas corpus.

Por fim, faço lembrar que **as informações já foram prestadas, assim como já ofertado o parecer do Ministério Público, de modo que o feito será julgado em momento oportuno** pelo órgão colegiado competente, quando serão minuciosamente examinados os fundamentos embasadores da pretensão.

À vista do exposto, **rejeito os embargos de declaração, para manter o indeferimento da medida liminar.**

Publique-se e intinem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**